

## ACESSIBILIDADE NA UNIVERSIDADE: A PRÁTICA DE TUTORIAS NO ENSINO SUPERIOR

JOÃO FELIPE CAMPANARO<sup>1</sup>; JENIFER VENDRUSCULO<sup>2</sup>; JANICE HELENA OLIVEIRA RIBEIRO REGO<sup>3</sup>; ALINE NUNES DA CUNHA DE MEDEIROS<sup>4</sup>

<sup>1</sup>*Universidade Federal de Pelotas – joaofelipe.campanaro@hotmail.com*

<sup>2</sup>*Universidade Federal de Pelotas – jenifervendrusculo@gmail.com*

<sup>3</sup>*Universidade Federal de Pelotas - janicehelena2023@gmail.com*

<sup>4</sup>*Universidade Federal de Pelotas- alinenmc@gmail.com*

### 1. INTRODUÇÃO

As políticas de acessibilidade ao ensino superior para pessoas com deficiência são recentes no Brasil. Este debate vem ganhando relevância, pois os estudos voltados à área estão cada vez mais desenvolvidos, o que possibilita maior entendimento sobre cada condição, e maior possibilidade de inclusão destes indivíduos na sociedade.

A partir da constituição de 1988 começa o desenvolvimento de uma legislação que ampara cidadãos com deficiência e regulamenta sua estada no sistema de ensino (MELO & ARAUJO 2018). A Política Nacional de Integração da Pessoa Portadora de Deficiência foi desenvolvida pela Coordenadoria Nacional para Integração da Pessoa Portadora de Deficiência (CORDE) no início dos anos 1990, e desde então, existe uma luta por tratamento digno e ético para com estas pessoas, no âmbito social e educacional (PACHECO & COSTAS, 2016).

A lei 9.394/96 regulamenta os direitos de pessoas com deficiência no exercício da educação nacional, e garante o tratamento adequando e especializado, o que gerou um gradativo aumento de matrículas no sistema de ensino. MELO & ARAUJO (2018) apontam através de dados de 2003 à 2013 do Censo da Educação, um aumento de mais de quinhentos por cento de alunos com deficiência no ensino superior.

A criação da Lei 13.409/2016 sinaliza um grande avanço no processo de inclusão das pessoas com deficiência no sistema de ensino, pois passa a dispor de cotas para pessoas com deficiência no Ensino Superior. Através da estruturação legislativa, são criados orgãos dentro das instituições de ensino, que garantem o acesso e estadia de alunos com necessidades especiais, dando o suporte necessário para seu bom rendimento acadêmico. CANTORANI *et al.*, (2020) conclui em seu estudo que a lei citada não ampara devidamente os alunos com deficiência no ensino superior, o que em partes, dificulta a permanência dos mesmos na universidade.

O NAI (núcleo de acessibilidade e inclusão) foi criado em 2008, como parte do Projeto Incluir do Ministério da Educação e realiza o trabalho na UFPel, disponibilizando não só tutores, como também profissionais qualificados e uma rede de apoio que garante o bom funcionamento deste sistema.

O presente trabalho objetiva discorrer sobre a importância do programa de tutorias no ensino superior, dando ênfase ao aspecto de socialização que o aluno tutorando desenvolve junto ao aluno tutor. O embasamento é dado pela

participação do aluno no Programa de Bolsas Acadêmicas do NAI, que realiza o acompanhamento de 2 alunos desde o primeiro semestre de 2023.

## 2. METODOLOGIA

Este estudo foi desenvolvido através de uma revisão bibliográfica acerca do assunto, por meio de debates com Cientistas Sociais, somado à experiência obtida pelo aluno ao decorrer do semestre, com o trabalho de tutorias.

Através da revisão bibliográfica e debate com as Cientistas Sociais, foi observada a evolução da legislação abrangente ao tema, buscando a percepção de pontos chave que evidenciem a importância do trabalho de tutorias.

A experiência obtida pelo aluno tornou possível definir os pontos mais importantes e relevantes do estudo, pois possibilita compreender o NAI, assim como experienciar o trabalho de tutorias com 2 alunos. O trabalho junto aos alunos tutorandos está em execução, e é desenvolvido através de encontros semanais, somados a conversas via redes sociais, o que caracteriza encontros assíncronos.

Nas reuniões presenciais são abordados os conteúdos vistos em sala de aula, e é desenvolvido um modo de estudo funcional para o tutorando, a fim de sanar dúvidas e ajuda-lo a criar uma rotina de estudos em casa. No acompanhamento assíncrono, é realizado acompanhamento dos estudos.

## 3. RESULTADOS E DISCUSSÃO

A revisão bibliográfica permitiu entender o contexto histórico das políticas que abrangem pessoas com deficiência. PACHECO & COSTAS (2016) citam o início destas políticas na Europa, que se espalharam por Canadá, Estados Unidos e demais países. Isto denota que o Brasil desenvolveu sua legislação a partir de uma pré-existente, vinda da Europa. Apesar disto, é possível averiguar que a legislação aplicada no nosso país teve de ser adaptada às condições presentes.

De acordo com os estudos de CANTORANI *et al.*, (2020), apesar da Lei 13.409/2016 constituir diretrizes que amparam o aluno com deficiência no ensino superior, falhas ocorrem devido a falta de profissionais devidamente preparados para atender as demandas. Isto evidencia a necessidade de expandir os projetos de capacitação de profissionais assim como alunos tutores, para otimizar o trabalho e aumentar o grau de equidade do aluno no acesso ao ensino.

Ao decorrer do trabalho de tutorias foi observado que o papel dos tutores abrange a inserção do tutorando no convívio social, mesmo que minimamente. É criado junto com ao tutor, uma rotina de encontros onde são conversados assuntos cotidianos, sanadas dúvidas referentes aos conteúdos vistos em sala de aula, assim como organizada uma rotina de estudos assíncronos.

A abordagem informal no tratamento tutor-tutorando cria um espaço de segurança para o tutorando se expressar, e ocasionalmente traz questões a serem trabalhadas. Um exemplo disto é a ansiedade exacerbada observada em um aluno tutorando ao decorrer do semestre. Através de conversas, foi possível identificar a necessidade de atendimento psicológico para este, pois apresentava visivelmente uma sobrecarga com as demandas do semestre, somado a questões pessoais.

Pode-se verificar que é suma importância o estímulo do tutor para que o tutorando se engaje com os demais colegas, respeitando os limites do mesmo

frente ao convívio social. Este estímulo possibilita criar laços e expandir a rede de apoio, o que muitas vezes, ajuda a ampliar a visão acadêmica.

#### 4. CONCLUSÕES

De acordo com o histórico de desenvolvimento de políticas públicas voltadas à pessoas com deficiência no Brasil, pode-se concluir que há uma crescente evolução no quadro de participação de alunos com deficiência na rede de ensino superior. Apesar disto, o país necessita desenvolver ainda mais os programas que amparam esses alunos, para garantir um aumento na equidade no acesso ao sistema de ensino.

O aluno tutor desenvolve sobretudo o papel de colega amigo, que presta ao aluno tutorando, auxílio com os estudos assim como o ajuda com organização no que diz respeito ao semestre acadêmico.

A legislação atua com a parte técnica, com profissionais e profissionalização de alunos tutores, e os tutores com um aspecto sobretudo, humanitário, que visa garantir o bom rendimento acadêmico dos tutorandos por meio de um tratamento amigável garantindo o direito do mesmo ao convívio social e possibilitando, mesmo que parcialmente, o acesso à universidade com equidade.

#### 5. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

CANTORANI, J. R. H. et a. A acessibilidade e a inclusão em uma Instituição Federal de Ensino Superior a partir da lei n. 13.409. **Revista Brasileira de Educação**, v. 25, 2020.

MELO, F. R. L. V.; ARAÚJO, E. R. Núcleos de Acessibilidade nas Universidades: reflexões a partir de uma experiência institucional. **Psicologia Escolar e Educacional**, v. 22, p. 57-66, 2018.

PACHECO, R. V.; COSTAS, F. A. T. O processo de inclusão de acadêmicos com necessidades educacionais especiais na Universidade Federal de Santa Maria. **Revista Educação Especial**, p. 151-169, 2006.